

As mulheres e as ciências sociais — os sujeitos e os objectos de investigação*

1. Nesta comunicação vou ocupar-me de um universo particular: as ciências sociais, o processo de investigação com os seus objectos e protagonistas, um dos lugares em que ela se pratica — o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sabemos que, se a história da sociologia como ciência dos factos sociais começa com o despontar do século XIX, só em finais da nossa década de 60 se introduz «a mulher», como problema teórico, na investigação sociológica.

Que é feito desse problema na investigação sociológica que se fez e faz em Portugal, designadamente no ICS? Que lugar ocupam as mulheres, como investigadoras, na produção da investigação?

Estas as questões que orientaram, primeiro, um olhar curioso sobre as pessoas e as publicações do ICS, onde trabalho, em exclusividade, como assistente de investigação há quatro anos. Estas as questões que encorajaram, depois, uma reflexão crítica sobre as potencialidades e obstáculos de uma sociologia de «condição feminina» em Portugal.

2. Começamos pela situação concreta e pelo caso particular: o pessoal de investigação feminino e a investigação que se faz no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Um primeiro dado que recolhemos refere-se à representação das mulheres no pessoal de investigação, nos vários graus da respectiva carreira.

ICS, as mulheres e a carreira de investigação, Dezembro de 1986

[QUADRO N.º1]

Carreira de investigação	Percentagem de mulheres
Estagiárias de investigação	28,6%
Assistentes de investigação	38,5%
Investigadoras	18,7%

O ICS possui, sem dúvida, uma dimensão ainda caseira e familiar, contando actualmente com apenas 43 investigadores, assistentes e estagiários de investigação. O perfil da participação feminina na carreira mostra como são os seus níveis inferiores os mais feminizados, o que, aliás, pode deno-

* Comunicação apresentada no colóquio «A Mulher, o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal», promovido pela Comissão da Condição Feminina em Dezembro de 1986, no LNETI.

tar uma tendência para a feminização crescente do pessoal de investigação do ICS. No entanto, essas percentagens, sobretudo a referente às estagiárias de investigação, situa-se muito aquém da percentagem de licenciadas em Ciências Sociais saídas das nossas Universidades.

Um segundo tópico, que nos permite abordar mais directamente os temas aqui debatidos, introduz-nos na questão da mulher como sujeito e da mulher como objecto da investigação. Trata-se, em suma, de avaliar, primeiro, a presença das mulheres enquanto produtoras de investigação, como agentes de produção de conhecimento, avaliando, depois, a visibilidade da «mulher» como tema da investigação.

Para esse efeito, consultei exaustivamente as publicações regulares asseguradas pelo ICS, desde Janeiro 1963 (data em que saiu o primeiro número da revista *Análise Social*, da responsabilidade do então Gabinete de Investigações Sociais) até Dezembro de 1985.

A *Análise Social*, com uma tiragem actual de 3000/3500 exemplares, é, digamos, o órgão oficial do ICS. Depois de consultados e analisados todos os seus números, pude verificar que, até 1975, a percentagem de artigos assinados por mulheres ronda os 17,3%; essa participação cresce, depois de 1975, para 24%. Não há grandes variações nos números referentes a colóquios: a percentagem é então de 23%-25%, com dois picos excepcionais: o «Colóquio sobre a Formação de Portugal Contemporâneo» (32%) e, como seria de esperar, o «Colóquio Interdisciplinar sobre a Mulher em Portugal» (em que ultrapassou os 85%)¹.

Colóquios organizados pelo ICS: percentagem de comunicações apresentadas por mulheres

[QUADRO N.º2]

Colóquios	Percentagem de comunicações
Novembro de 1979. «O Século XIX em Portugal»	23,0
Maió de 1981. «O Movimento Operário em Portugal»	23,5
Dezembro de 1981. «A Formação de Portugal Contemporâneo»	32,0
Fevereiro de 1985. «A Mulher em Portugal»	86,0
Março de 1985. «Mudanças Sociais no Portugal de hoje»	25,0

Facto bem significativo é, porém, a ausência quase absoluta de artigos em que surja como tema a mulher. Nesta categoria só se incluem 9 artigos², 8 dos quais escritos depois de 25 de Abril de 1974, sendo 3 deles assinados por investigadores (no masculino).

Posso desde já retirar uma pequena conclusão a partir dos dados recolhidos: não há uma relação directa entre investigação feita por mulheres e presença de objectos pertencentes aos chamados universos femininos.

¹ À data que escrevemos esta comunicação ainda não estava publicado o volume correspondente da *Análise Social*. Por essa razão, os artigos de que consta não entram nos cálculos que a seguir apresentamos.

² São eles: Maria Fátima Sedas Nunes, «Ambiguidade de nova condição feminina» (1966). José Machado Pais, «A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX», (1983); Almerinda Teixeira, «A Senhora do Castelo — génese de uma festa na serra de Montemuro» (1983); Julieta de Almeida Rodrigues, «Continuidade e mudança nos papéis de mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares» (1983); João de Pina Cabral, «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho» (1984); Edgar Rocha, «Nota sobre a população activa agrícola do sexo feminino» (1984); e Ana Nunes de Almeida, «Trabalho feminino e estratégias familiares» (1985).

Interessante se torna então saber sobre que escreveram as investigadoras que publicaram trabalhos na *Análise Social*, quais foram afinal os objectos da investigação realizada por mulheres. O estudo dos títulos e do conteúdo desta produção feminina na revista indica que escreveram sobre os mesmos temas que os seus colegas masculinos. Não se nota qualquer especificidade feminina na escolha, muito menos no tratamento de temas e problemas.

Consultando o quadro n.º 3, verifica-se que, antes de 1975, os artigos se concentram em 3-4 grandes áreas, onde a análise económica detém um papel de destaque. Depois, o perfil é sensivelmente idêntico, embora os artigos se dispersem por temas mais variados. A abertura da sociologia portuguesa a objectos menos clássicos é, com efeito, uma conquista recente.

**A mulher e a produção do saber — as áreas e os temas escolhidos
(universo: os 50 + 82 artigos assinados por mulheres na «Análise Social»)**

[QUADRO N.º 3]

Janeiro de 1963-Dezembro de 1974 (50)	Janeiro de 1975-Dezembro de 1985 (82)
(28%) <i>Macroeconomia</i> : a estrutura económica da sociedade portuguesa. Desenvolvimento/subdesenvolvimento; cooperação internacional; sector público; planeamento económico; políticas de emprego	(15,8%) <i>Operários e organização de trabalho</i> : aristocracias operárias; lutas operárias; quotidiano operário
(20%) <i>As condições económicas de vida do trabalhador português</i> : mão-de-obra industrial; repartição do rendimento; harmonização dos salários; custo de vida	(15,8%) <i>História e sociologia política</i> : ordem jurídica e política; o Estado corporativo; grémios da lavoura; a I República; o Integralismo Lusitano; os partidos políticos
(14%) <i>A escola</i> , o estudante, a população escolar, o ensino	(12,2%) <i>Educação</i> : escola, analfabetismo, insucesso escolar; costumes estudantis
(14%) <i>Teórico-metodológicos</i> : os conceitos e as teorias da investigação; os métodos	(7,3%) <i>Ideologias</i> : sistemas de representação; os intelectuais; consciência de classe; o mercado de trabalho intelectual
(8%) <i>A família</i> : análise sociográfica; mudanças e transformações das estruturas familiares	(7,3%) <i>Economia</i> : indústria; repartição do rendimento; mercado de trabalho
(16%) <i>Diversos</i> : planeamento urbano; sistema urbano; sociedades rurais; demografia da sociedade portuguesa; o serviço social; classes sociais e consumo cultural.	(6,1%) <i>Migrações, emigrações</i>
	(4,9%) <i>Teórico-metodológicos</i> : controvérsias teóricas; conceitos e correntes de investigação
	(4,9%) <i>Os jovens</i>
	(3,7%) <i>História económica</i> : planificação social; decadência e subdesenvolvimento português; pobreza em Portugal
	(3,7%) <i>Feminismo</i> : papéis femininos; trabalho feminino
	(18,2%) <i>Diversos</i> : forças armadas; colonialismo; religião e organizações católicas; anticlericalismo; imprensa regional; demografia; festas populares; sociologia rural (a mercantilização agrícola, greves rurais, estrutura agrária)

A *Análise Social* não é, porém, a única publicação do ICS. Entre outros, há que destacar, desde logo, os *Estudos e Documentos ICS*, de tiragem mais limitada (200-300 exemplares, consoante os números). Cada volume corresponde, grosso modo, a um estudo de maior fôlego, sobretudo em extensão, que os artigos de revista. Os resultados são aqui bem mais encorajado-

res: dos 11 números publicados, de Maio de 1980 para cá, 5 são da responsabilidade de mulheres — valor que corresponde à alta percentagem de 45 %³.

Publicado semestralmente desde 1982, o *Boletim de Estudos Operários* é também outra publicação de tiragem limitada: 250 exemplares. Os resultados são aqui algo curiosos, se não paradoxais. Poder-se-ia dizer que os temas mais «viris» («o operário», o «salário», «a indústria», a «fábrica», «a máquina», o «sindicato») estão quase inteiramente na mão de mulheres. Como que a sugerir que descobrimos um verdadeiro «império feminino»... «Feminino» com sentido preciso e restrito, como veremos. O *BOP* é dirigido e secretariado por mulheres; o conselho redactorial é constituído por 3 investigadores, dos quais 2 são mulheres, não tendo sequer o 3.º membro ao ICS: finalmente, de Maio de 1982 a Dezembro de 1985, nos números publicados, 1 em cada 2 artigos assinados são escritos por mulheres; dos 132 pontos que constam dos *Boletins*, 108 (78%) não são assinados por homens. Estamos em presença de uma situação em que as mulheres controlam, de facto, a produção de conhecimentos; isto não significa, porém, que a «mulher», como objecto da investigação, tenha alguma visibilidade nestes trabalhos. Com efeito, do total, se 2 recensões bibliográficas focam semelhante tema. Apesar de serem investigadoras quem controla a produção do *Boletim* e de serem elas também quem toma a palavra, os temas operários não foram «feminizados» nem neles se nota qualquer reflexão crítica sobre «a mulher» como problema.

Deste percurso rápido pelas publicações do ICS podemos retirar três breves conclusões:

- a) *A mulher como objecto de investigação* está praticamente ausente da produção científica do ICS;
- b) Como *produtoras* de investigação, as mulheres asseguram uma presença regular no órgão oficial do ICS, a *Análise Social*, presença equivalente ao peso do sector feminino no pessoal de investigação. Essa participação é sensivelmente idêntica ou bem superior à dos seus colegas masculinos nas publicações de tiragem mais limitada, mais especializadas, mais recentes e de carácter mais informal — as publicações «periféricas» do Instituto;
- c) Em todo o caso, e para os temas que orientam a nossa reflexão, muito pouco ou nada se tem feito, nesta instituição, na linha dos *women studies*⁴, nem sequer se tem seriamente pensado (individual ou colectivamente) nesse objecto de investigação que a «mulher» constitui. Trata-se, na verdade, de um objecto que prima pela sua invisibilidade.

Os resultados desta sondagem são, no que respeita aos tópicos deste colóquio, desencorajadores. Não só pode falar de uma tradição de estudos femininos, não se nota sequer uma prática actual de investigação sobre estes temas. A curto ou mesmo a médio prazo, não me parece que a situação se venha a alterar significativamente: a abertura de novas áreas de

³ São eles: de Maria Filomena Mónica «Industrialização oitocentista e concorrência externa — a indústria chapeleira de 1814 a 1914» (n.º 2), «Os vidreiros da Marinha Grande, actas sindicais» (n.º 5), «Poemas operários» (n.º 7); Ana Nunes de Almeida, «Comportamentos demográficos e estratégias familiares no continente português: 1900-70» (n.º 10); Luísa Braula Reis, «A evolução das estruturas familiares em Portugal» (n.º 11).

⁴ Apesar da excepção pontual constituída pelo «Colóquio Interdisciplinar sobre a Mulher em Portugal».

investigação tem contemplado outros temas que não os femininos; os projectos de doutoramento em curso, a realizar pelos assistentes de investigação, têm objectos bem distantes daqueles; finalmente, os recém-contratados estagiários de investigação são canalizados para outras áreas — a juventude, a educação, a cultura, a ciência, as artes, mas não «a mulher».

3. Sem passado e sem presente, no ICS, como é óbvio, os estudos femininos serão, quando muito, nesta instituição, um projecto a longo prazo. Resta-me propor, construtivamente, algumas sugestões e reflexões, pensando nesse futuro e apostando no crescimento de uma sociologia da «condição feminina» em Portugal. Sociologia essa que traga alguma novidade para a ciência social e para a sociedade portuguesa.

Filtrando um pouco aquilo que se tem feito no campo dos *women studies*, do lado de cá e do lado de lá do Atlântico, gostaria então de salientar algumas pistas e tópicos de reflexão.

Começaria por referir dois pontos de partida, sem os quais esse projecto ficará decerto comprometido. O primeiro respeita à necessidade de se pôr de pé e dar a consistência a um «banco de dados» estratégicos, regionais e nacionais, sobre a situação das mulheres em Portugal — nas mais diversas áreas e sectores de actividade e nos diferentes grupos sociais; tudo o que se puder fazer nesse sentido é positivo, é desejável. Necessário é também que as entidades responsáveis se convençam, de uma vez por todas, de que qualquer investigação útil e séria só pode avançar se gozar de um substancial apoio financeiro; a sociologia da condição feminina não escapará, por certo, à regra.

Seguidamente, abordamos a investigação propriamente dita e os obstáculos e desafios que ela terá de enfrentar nos vários momentos em que se desdobra...

A primeira pista que gostaria de vos propor prende-se com a possibilidade e legitimidade de *um olhar feminino* na investigação sociológica. A este propósito focaria dois aspectos. Há que contestar com vigor uma ideia discretamente subjacente a muitos dos *women studies*, segundo a qual a mulher/a investigadora estaria naturalmente mais apta a conhecer e a investigar as outras mulheres do que o homem/o investigador. É uma tentação fácil, mas perigosa, por duas razões: dá razão ao negativo dessa afirmação, pois seria também admitir que os homens deteriam privilégios naturais no conhecimento sobre as coisas dos homens. Mas é sobretudo cair nos vícios mais caricatos do empirismo. Ao contrário do que se pressupõe numa afirmação dessa natureza, a ciência faz-se com problemas teóricos, e não com boas vontades esforçadas; será ilusório pensar que se estabelece uma relação de mágica revelação ou transparência entre a mulher que investiga e a mulher que é objecto de investigação. A realidade não fala por si, é preciso que a incomodemos com perguntas decorrentes de uma problemática teórica.

O primado da teoria não implica, porém, que o sexo do investigador (como aliás a sua condição social) não possa ter algum impacte no processo de investigação. E porquê?

O conhecimento é parcelar e limitado, a realidade ultrapassa-o infinitamente em riqueza, complexidade e subtilidade. O cientista interroga apenas um ínfima parte dessa realidade. Escolhe uns objectos, em detrimento de outros; de um complexo jogo de relações de causalidade e de condiciona-

mento entre variáveis selecciona apenas algumas direcções e sentidos. Ora não há fundamentos objectivos nem explicações racionais nesta operação de selecção. Ganha relevo, sobretudo, a posição subjectiva do investigador relativamente aos valores do seu tempo e da sua sociedade, uma certa atitude perante os problemas que a cultura lhe coloca. A posição em relação aos valores da investigadora (pelas características da sua socialização, pelas várias experiências pessoais, familiares e profissionais que a foram marcando, pelos valores que lhe foram transmitidos e que aceitou ou contestou) é provavelmente diferente da posição em relação aos valores do investigador. Tal posição pode eventualmente (mas, no ICS, já vimos que isso não se verifica exactamente) reflectir-se no facto de ela mais facilmente seleccionar para objecto do seu estudo (dada a relação de familiaridade que mantém com elas) áreas próprias dos seus universos, universos femininos; mas pode também, e sobretudo, orientar a maneira como ela as olha, aquilo que ela quer saber delas, as perguntas que lhes dirige.

Penso, assim, que é lícito afirmar-se que homens e mulheres, investigadores e investigadoras, mantêm uma relação particular diferente com o objecto «mulher». Definem-se, de facto, olhares masculinos e femininos, distintos e complementares, cada um deles com as suas potencialidades e limitações, sobre a mulher (diria melhor: *as mulheres*, ou as diferentes condições *femininas*) enquanto objecto de investigação.

Procurando apresentá-los nos seus contornos mais significativos, nas suas características máximas, diria que o olhar masculino é fundamentalmente um olhar de fora para a face mais exterior dos comportamentos femininos, fixando a mulher nas suas obras, naquilo que ela faz e produz; o que leva a privilegiar uma imagem de mulher fixada, definitiva, feita, a tratá-la, como diria Durkheim, como uma «coisa», como um «documento», facto social, acabado e produzido, a apresentá-la naquilo que ela tem de acontecimento, de espectáculo, naquilo que a aprisiona num modelo fixo. O olhar feminino apresenta-se, pelo contrário, como um olhar para dentro dos universos femininos, procurando antes de tudo dar conta dos significados de gestos e comportamento femininos; um olhar que realça a mulher como totalidade em movimento — a mulher que se produz e reproduz, que faz e desfaz; um olhar que privilegia a mulher anónima, de ciclos quotidianos e regularidades; finalmente, um olhar de cumplicidade, que aproxima e familiariza.

Uma segunda pista de reflexão refere-se à dificuldade que se nos depara no momento em que, na investigação, procuramos definir e validar esquemas explicativos. Nem sempre é fácil demonstrar, em situações concretas e definidas, o poder explicativo das categorias teóricas constituídas a partir das relações intersexos, e designadamente a especificidade de uma «condição feminina». A este nível, as relações intersexos possuem grandes rivais com que o investigador sistematicamente se confronta: a *classe social* e a *família*, designadamente, como lugares geradores de estratégias de socialização díspares, modos de viver e de pensar antagónicos.

Com efeitos óbvios na qualidade e na riqueza dos resultados obtidos, gostaria de assinalar uma indispensável precaução metodológica, intimamente ligada à escolha criteriosa de unidades de análise. Há que distinguir e particularizar a investigação do facto feminino a classes, grupos e meios sociais precisos, evitando generalizações abusivas, que ocultam mais do que revelam a realidade. É importante, por outro lado, distinguir claramente os níveis e dimensões da realidade a que se refere a investigação, evitando tomar a parte pelo todo. Tal princípio significa, aliás, atender à existência desses

níveis e à diferença entre eles; mas implica, também, atender à relação, nem sempre de perfeita coincidência ou de decalque, entre uns e outros. O desfazamento entre níveis da realidade, uns mais rígidos e codificados, outros mais maleáveis e flexíveis, não deixa de ser intrigante. A chave desse enigma permitirá, sem dúvida, uma melhor compreensão do facto feminino em toda a sua complexidade.

Gostaria também de lembrar alguns obstáculos com que o investigador se defronta no trabalho de campo, nomeadamente quando passa à fase de recolha de dados empíricos. É difícil escrever sobre as mulheres no passado. Com algumas excepções (as mulheres pertencentes às *élites* cultural e economicamente privilegiadas), elas escreveram pouco sobre si próprias ou sobre as suas experiências: não aprenderam; as rotinas domésticas deixavam-lhes pouca disponibilidade para lazeres ou actividades individuais; o que é habitual e doméstico só muito raramente é objecto de testemunho. Mas é difícil também estudar as mulheres no presente. A posição instável que ocupam entre as duas esferas da produção e da reprodução, a variedade, elasticidade e flexibilidade das actividades que desempenham, dentro e fora de casa, e a imprecisão das respectivas fronteiras perturbam, por um lado, categorias e tipologias estabelecidas e não deixam rasto, por outro lado, nas fontes clássicas (por exemplo, estatísticas), escapando de igual modo à curiosidade de observadores e testemunhos locais. Há que reinventar ou reformular técnicas da recolha de dados que contemplem esta especificidade do facto feminino e que dêem conta da sua realidade múltipla.

Faria agora um apelo ao confronto e ao debate de teorias e ideias, a uma larga perspectiva interdisciplinar. É indispensável levar avante o diálogo com outros ramos do saber; não só os ramos-irmãos (antropologia, economia, psicologia, etc.), que, em geral, reforçam as «certezas» sociológicas, mas igualmente as teorias que desafiam e contestam essas explicações. Estou a pensar na biologia e na etologia, por exemplo, para as quais nascer-se homem ou mulher é, de facto, uma condição determinante.

Gostaria de levantar, por último, a questão da finalidade e utilidade do conhecimento científico, da relação entre poder e saber. A vontade de saber sobre o facto feminino, de que nos declaramos portadoras, constitui sem dúvida um instrumento de poder. E poder entendo-o em dois sentidos, em dois lugares. Do lado dos actores, poder no sentido de libertação; e libertação porque o conhecimento do facto feminino revela o seu carácter relativo (a tempos históricos, a espaços e grupos sociais), a sua diversidade; é por isso um instrumento intelectual importante na mudança de situações e na melhoria das condições de vida de mulheres e homens. Mas poder, do lado do aparelho político, pode ter uma outra função, representar um outro desafio. O desenvolvimento das ciências humanas, ao longo do século XIX, a serem verdadeiras as teses de autores consagrados, como M. Foucault com a sua visão «não repressiva» do poder, é cúmplice de novas tecnologias de denominação; desenvolvidas a partir do Estado-nação e pela burguesia ascendente, procuraram normalizar, moralizar, domesticar, em função de padrões únicos, os modos de vida quotidianos de franjas sociais e minorias sexuais que escapavam até então às redes de poder instituído. Quer dizer que o esforço de conhecer, descrever, categorizar e classificar teve (e tem), nesta perspectiva, objectivos políticos precisos: esconde uma ambição política hábil e discreta de controlar e disciplinar o que está à margem — da sociedade e do saber. No que toca à mulher, a posição à margem jogava, dentro desta perspectiva, a seu favor.